

ATA DA 150ª (CENTÉSIMA QUINQUAGESIMA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS – COMIV - FUNDAÇÃO AMAZONPREV - REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2019.

DATA, HORA E LOCAL: Aos 15 (quinze) dias do mês de abril do ano de 2019, às 11:00 horas, na sede da Fundação Amazonprev, situada à Avenida Visconde de Porto Alegre, 486 – Centro, reuniram-se os membros do COMIV para mais uma reunião ordinária, registrando a presença dos seguintes membros da Fundação Amazonprev: Alan Nascimento, Leonardo Cavalcanti, Bruno Costa Novo, e o membro representante da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, sr. Marcos de Souza. **1. RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS E RESULTADOS - março/2019. a) Rentabilidade FPREV Executivo.** Conforme validado pelo atuário, a rentabilidade dos recursos em março/19 foi de 0,5921%, acumulando nos últimos 12 meses uma variação de 10,8499, frente a uma meta atuarial que corresponde ao mesmo período, na ordem de 1,2404 e 10,8499%. De forma que, no mês atual a rentabilidade do FPREV Executivo foi inferior em 0,6404% no mês, abaixo no acumulado anual em 2,0663%. Considerando o acumulado a partir de 2005, a Amazonprev supera a meta atuarial em 8,5475% para esses recursos. **b) Rentabilidade FPREV ALE.** Também validado pelo atuário, registra-se rentabilidade no mês de 0,6027%, e em 12 (doze) meses de 7,6801%. Dessa forma, o resultado atuarial registra os seguintes percentuais: no mês 0,66299% abaixo da meta, e 1,4323% inferior a meta nos últimos 12 (doze) meses. Considerando o período a partir de 2012, o ganho sobre a meta acumula variação de 1,4323%. **c) Rentabilidade FPREV Ministério Público Estadual – MPE / PGJ.** Em março/2019, registra-se uma rentabilidade dos recursos em 0,4675% no mês, e 1,4925 no ano, ficando inferior a meta no mesmo período em 0,7634% e 1,4602%. **2. Registro do CENÁRIO e Expectativas para o próximo período.** De acordo com informações de Relatório CONJUNTURA MACROECONOMICA emitido pelo BB DTVM S/A: Março mostrou-se mais um mês satisfatório no âmbito dos mercados globais, ainda que os riscos em torno da atividade econômica em determinadas regiões tenham aumentado. No que tange à atividade global, a agenda macro continuou mostrando moderação, mas ainda em patamar sólido. A manutenção das perspectivas positivas para as negociações comerciais entre China e EUA, assim como a postura bastante flexível por parte dos principais bancos centrais, foram favoráveis aos

mercados. Por outro lado, o enfraquecimento adicional da atividade industrial na Europa levantou temores de mais intensa desaceleração econômica da região, fato que, juntamente ao impasse quanto ao *Brexit*, trouxe maior volatilidade aos ativos no final do mês. Nesse ambiente, a aversão ao risco oscilou mas encerrou o período relativamente estável, enquanto os principais ativos internacionais mostraram trajetória favorável. Nos EUA, a agenda macro veio mista, indicando um ritmo de expansão moderado. No campo da atividade, as vendas ao varejo de fevereiro caíram 0,2% no ampliado e no núcleo, mas com revisão altista de dados anteriores. Já a produção da indústria avançou 0,1% em fevereiro. Por sua vez, as pesquisas regionais de atividade industrial vieram negativas em sua maioria, os dados do setor imobiliário vieram mistos, enquanto as pesquisas de confiança subiram. Pelo lado do emprego: i) o *payroll* revelou apenas 20 mil novos postos de trabalho em fevereiro, após alta de 311 mil em janeiro; ii) a taxa de desemprego caiu de 4,0% para 3,8%; e iii) os salários aceleraram de 3,2% para 3,4% na variação anual. No campo dos preços, o CPI recuou novamente no acumulado em 12 meses: o ampliado saiu de 1,6% para 1,5%, enquanto que o núcleo recuou de 2,2% para 2,1%. Na Zona do Euro, as prévias dos PMIs mostraram enfraquecimento adicional: o da indústria caiu de 49,3 para 47,6, com o alemão voltando a 44,7, ambos nos menores patamares em ao menos seis anos. Por sua vez, o PMI dos serviços subiu de 51,2 para 52,8 entre janeiro e fevereiro. Entre os emergentes, na China, os dados de atividade de fevereiro foram mistos, apesar das distorções associadas ao feriado de Ano Novo Lunar: i) a produção industrial desacelerou de 6,2% para 5,3% (+6,1% com ajuste sazonal); ii) as vendas no varejo recuaram de 9,0% para 8,2%; e iii) o investimento acelerou de 5,9% para 6,1%. No âmbito dos BC's, o Banco Central americano (FED) manteve os juros entre 2,25% e 2,5%, anunciando que pretende encerrar em setembro a redução do seu balanço e também zerou na mediana das suas projeções, a alta de juros para 2019. Além disso, o Banco Central Europeu renovou a postura *dovish* mantendo os juros estáveis em patamar negativo, prorrogando a promessa de não elevação até ao menos o final de 2019 e anunciou um novo programa de liquidez para o sistema bancário, o TLTRO-III. No ambiente doméstico, os dados foram mistos. No âmbito da atividade, a produção industrial recuou 0,7% em janeiro, ao passo que as vendas ao varejo no conceito restrito avançaram 0,4%. Já o IBC-BR, *proxy* mensal do BC para o PIB, recuou 0,4%. No mercado de trabalho, a taxa de desemprego da PNAD foi de 12,4% no trimestre encerrado em fevereiro, aumento de 0,4p.p. em comparação ao trimestre encerrado em janeiro (12,0%). No campo inflacionário, o IPCA acelerou de 0,32% para 0,43% em fevereiro, levando o acumulado em doze meses de 3,78% para 3,89%. No *front* monetário, o Copom manteve a taxa Selic em 6,5%. No campo das finanças

públicas, o setor público consolidado apresentou déficit primário de R\$14,9 bilhões em fevereiro, R\$105,8 bilhões em 12 meses, equivalente a 1,54% do PIB. **ECONOMIA BRASILEIRA – ATIVIDADE.** Em linha com as nossas estimativas (0,5%), o comércio varejista superou as expectativas (consenso de +0,1%) e cresceu 0,4% em janeiro, na série mensal com ajuste sazonal. Na comparação anual, em relação a janeiro de 2018, o comércio avançou 1,9%, acelerando o ritmo de crescimento após alta de 0,7% no último mês do ano passado. Com isso, o setor manteve o ritmo de aceleração observado no segundo semestre de 2018 ao avançar 2,2% no acumulado em 12 meses, após ter crescido 2,3% no acumulado até dezembro. No comércio varejista ampliado, o avanço foi de 1,0%, acima do consenso (+0,3%) e das nossas expectativas (+0,5%), refletindo o crescimento das vendas de Veículos, motocicletas, parte e peças (+5,7%), uma vez que as vendas de Material para construção (+0,1%) ficaram praticamente estáveis no mês. Em relação a janeiro de 2018, o crescimento do comércio ampliado acelerou de forma importante, ao passar de 1,7% em dezembro para 3,5% em janeiro. O desempenho do varejo em janeiro se alinha, portanto, à nossa expectativa de recuperação gradual da atividade econômica nos primeiros meses do ano. Os dados divulgados pelos IBGE mostraram um avanço disseminado do comércio varejista em janeiro, com alta em sete das oito atividades pesquisadas: Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (8,2%), Outros artigos de uso pessoal e doméstico (7,2%), Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (0,6%), Combustíveis e lubrificantes (0,5%), Móveis e eletrodomésticos (0,4%), Livros, jornais, revistas e papelaria (0,2%) e Tecidos, vestuário e calçados (0,1%). O setor de Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, por outro lado caiu 0,5% no período. No comércio varejista ampliado, a atividade veículos, motos, partes e peças cresceu 5,7%, após recuar 3,5% em dezembro, enquanto o setor de Material de construção permaneceu praticamente estável, após leve queda de 0,3% no mês anterior. **CONTAS EXTERNAS** Segundo o Banco Central (BC), o saldo em transações correntes foi negativo em US\$1,1 bilhão no mês de fevereiro (ante US\$2,0 bilhões em fevereiro/2019). No acumulado em 12 meses, o déficit em conta corrente alcançou US\$13,9 bilhões, ou 0,74% do PIB (ante 0,79% em janeiro/2019). Por sua vez, o Investimento Direto no País (IDP) foi positivo em US\$8,4 bilhões, tendo o acumulado em 12 meses alcançado 4,77% do PIB, ou US\$89,5 bilhões, ante 4,58% em janeiro/19. Por sua vez, os fluxos de portfólio vieram positivos em US\$4,3 bilhões no mês. O resultado foi composto por entradas de US\$5,8 bilhões na renda fixa e saídas de US\$1,5 bilhão em ações e cotas de fundos de investimento. No acumulado em 12 meses, os fluxos são negativos em US\$12 bilhões. Por sua vez, a taxa de rolagem ficou em 49%, enquanto no ano encontra-se

em 65%. Na conta corrente, a balança comercial encerrou o mês com superávit de US\$3,2 bilhões (ante US\$2,7 bilhões em fevereiro), segundo a metodologia do BC. No detalhamento do mês, a variação em 12 meses das importações e exportações apresentou recuo de 10,6% e 6,1%, enquanto que, no acumulado do ano ante o mesmo período do ano anterior, houve ligeiro avanço de 2,7% e 1,6%, respectivamente. Por sua vez, o déficit na conta de serviços veio em US\$2,1 bilhões, 21,7% abaixo do mesmo mês em 2018. Já o déficit na conta de renda primária, que contabiliza as remessas de lucros, juros e dividendos, avançou 6% (US\$2,4 bilhões) em fevereiro ante o mesmo mês do ano anterior. No que tange ao balanço de pagamentos, o resultado foi positivo em US\$1,6 bilhão. Por sua vez, as reservas internacionais totalizaram US\$378,4 bilhões. **INFLAÇÃO** A leitura de março do IPCA-15 ficou em 0,54%, trazendo uma aceleração frente à medição anterior (0,34%) e com relação ao IPCA fechado de fevereiro (0,43%). Com esse resultado, a variação acumulada em 12 meses passou de 3,73% para 4,18%. Os destaques dessa leitura vão para os grupos Alimentação e Bebidas (+1,28%) e Transportes (+0,59%). A despeito da aceleração, bastante impactada pelo comportamento dos alimentos, a inflação subjacente segue contida: os preços dos serviços desaceleraram de 0,62% para 0,32%, ao passo que as medidas de núcleo e índices de difusão recuaram (de 0,32% para 0,25% e de 69,2% para 58,4%, respectivamente). Os preços livres apresentaram uma alta de 0,60%, ante um avanço de 0,43% na leitura anterior, o que levou a uma nova alta na variação em 12 meses, de 3,02% para 3,61%. Os preços administrados apresentaram alta de 0,34%, sendo que os itens planos de saúde (0,80%), ônibus urbano (0,73%) e energia elétrica (0,43%) contribuíram com 0,27p.p. para esse resultado. Ainda assim, a variação acumulada em 12 meses ficou praticamente estável (de 5,87% para 5,86%); Os preços dos serviços mostraram desaceleração na presente leitura: de 0,62% para 0,32%, apesar da alta nos preços das passagens aéreas (7,54%), lanche (0,79%) e empregado doméstico (0,36%). Esses aumentos contribuíram com 0,17p.p. para o resultado. Com os dados de hoje, a variação acumulada em doze meses passou de 3,51% para 3,76%. Por fim, a inflação de serviços subjacente - que avalia a evolução dos preços mais sensíveis à política monetária e à atividade econômica - também recuou, saindo de 0,49% para 0,25%; No que concerne aos índices de difusão, que medem o percentual de itens em alta na cesta, o indicador geral desacelerou de 59,2% para 58,4%; quando o grupo Alimentação é excluído da análise, a variação se manteve em 57,4%. Esses são níveis certamente baixos para o padrão histórico. Por fim, a média dos núcleos recuou na presente leitura de 0,32% para 0,24%. Mesmo assim, a variação em doze meses avançou de 3,38% para 3,42%, ainda bem abaixo da meta de inflação perseguida pelo Banco Central (4,25%). Pelo lado da inflação no atacado, O

IGP-M avançou 1,26% em março, praticamente alinhado às nossas expectativas (1,30%) e ao consenso dos analistas (1,24%), o que levou a variação em 12 meses de 7,60% para 8,27%. Os preços no atacado aceleraram para 1,67% ante 1,22% na leitura passada, em resposta ao desempenho dos produtos agropecuários (de 2,71% para 3,90%) e do subgrupo combustíveis para o consumo (de -0,04% para 9,11%). No que concerne ao índice de preços ao consumidor (IPC), também houve aceleração da inflação (de 0,26% para 0,58%), com cinco dos oito itens do índice registrando variação positiva de preços. Por fim, cabe destacar que a inflação nas cadeias mais próximas ao varejo segue contida – fruto da elevada capacidade ociosa e ainda limitada demanda final –, os Bens de Consumo Não Duráveis exceto alimentação e combustíveis acumulam alta de 3,77% em doze meses, inferior à observada em fevereiro (3,86%). Para as próximas leituras esperamos que o indicador traga alguma desaceleração, respondendo, principalmente, ao recuo nos preços dos alimentos. Por origem, observou-se o seguinte detalhamento: o IPA avançou 1,67% em março ante 1,22% em fevereiro. Contribuíram para esse resultado a variação de 3,90% (2,71% em fevereiro) do IPA Agrícola e de 0,93% do IPA-Industrial (0,74 na leitura anterior). Com relação a este último, cabe destacar o subgrupo combustíveis e lubrificantes para a produção, cuja variação mensal passou de 2,48% para 6,81%; Por estágio de processamento, no segmento “Bens de consumo não duráveis excluindo alimentos e combustíveis” a variação mensal desacelerou de 0,49% para 0,17%, levando a variação acumulada em 12 meses de 3,86% para 3,77%. Os preços dos “Bens de consumo duráveis” ficaram estáveis em março; com isso, em doze meses, passou a acumular alta de 3,34%, ante 3,66%. Já na cadeia intermediária, os preços do segmento “materiais para a manufatura” apresentaram deflação de 0,02% (-1,12% em fevereiro) e a variação acumulada em doze meses recuou de 8,83% para 6,90%. Por fim, no segmento “matérias primas brutas agropecuárias”, a presente leitura trouxe inflação de 2,39% nos preços em fevereiro (ante 0,96% em janeiro), ainda assim a variação em 12 meses recuou de 8,44% para 8,31%; A inflação ao consumidor (IPC) acelerou de 0,26% para 0,58%. Destaque para os grupos Alimentação (de 0,65% para 1,09%) e Transportes (de 0,00% para 0,82%). Das oito categorias acompanhadas, cinco mostraram avanço de preços no mês.

MERCADO DE TRABALHO O mercado de trabalho brasileiro criou 173.139 empregos com carteira assinada em fevereiro, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Esse foi o melhor resultado para fevereiro desde 2014. O saldo de fevereiro decorre de 1,453 milhão de admissões e 1,280 milhão de demissões. Em fevereiro de 2018, a abertura líquida de vagas havia chegado a 61.188, na série sem ajustes. Em janeiro havia ocorrido a abertura líquida de 38.335 vagas com carteira assinada. Com isso, no

acumulado do primeiro bimestre do ano, o saldo do Caged é positivo em 211.474 vagas. Entre os setores, o resultado do mês foi puxado pelo setor de serviços, que gerou 112.412 postos formais, seguido pela indústria de transformação, que abriu 33.472 vagas de trabalho. Também tiveram saldo positivo no mês a administração pública (11.395), a construção civil (11.097 postos), o comércio (5.990 postos), a extração mineral (985 postos) e os serviços industriais de utilidade pública (865 postos). Apenas a agricultura registrou o fechamento de vagas, com saldo líquido negativo de 3.077 empregos em fevereiro. **CONTAS PÚBLICAS** O setor público consolidado registrou déficit primário de R\$14,9 bilhões em fevereiro de 2019, comparativamente a déficit de R\$17,4 bilhões em fevereiro do ano anterior. No Governo Central houve déficit de R\$20,6 bilhões, e nos governos regionais e empresas estatais, superávits de R\$4,8 bilhões e de R\$832 milhões, respectivamente. Os juros nominais do setor público consolidado, apropriados por competência, alcançaram R\$30,1 bilhões em fevereiro, comparativamente a R\$28,4 bilhões no mesmo mês de 2018. No acumulado em 12 meses, os juros nominais atingiram R\$373,4 bilhões (5,42% do PIB), reduzindo-se em relação ao acumulado até fevereiro do ano anterior (R\$390,3 bilhões, 5,92% do PIB). O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$45 bilhões em fevereiro. No acumulado em 12 meses, o déficit nominal alcançou R\$479,2 bilhões (6,95% do PIB), reduzindo-se 0,04 p.p. do PIB em relação ao déficit acumulado registrado em janeiro de 2019. **DÍVIDA PÚBLICA** A DLSP alcançou R\$3.752,8 bilhões em fevereiro, 54,4% do PIB, percentual que se manteve estável em relação ao mês anterior. Esse resultado refletiu, sobretudo, o efeito da desvalorização cambial de 2,4% no mês (responsável por redução de 0,4 p.p. do PIB), da incorporação de juros nominais (aumento de 0,4 p.p.), do déficit primário (aumento de 0,2 p.p.) e do crescimento do PIB nominal (redução de 0,3 p.p.). No ano, a relação DLSP/PIB cresceu 0,3 p.p., influenciada pela valorização cambial de 13,0% (aumento de 0,6 p.p.), pela incorporação de juros nominais (aumento de 0,7 p.p.), pelo superávit primário acumulado (redução de 0,5 p.p.) e pelo crescimento do PIB nominal (redução de 0,5 p.p.). A DBGG – que compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais – alcançou R\$5.336,5 bilhões em fevereiro, equivalente a 77,4% do PIB, 0,1 p.p. acima do percentual registrado em janeiro. Contribuíram para essa evolução os resgates líquidos de dívida do governo geral (redução de 0,1 p.p.), a incorporação de juros nominais (aumento de 0,5 p.p.), o efeito da desvalorização cambial (aumento de 0,1 p.p) e o crescimento do PIB nominal (redução de 0,4 p.p.). No ano, houve crescimento 0,2 p.p. na relação DBGG/PIB, decorrente, em especial, da incorporação de juros (aumento de 1,0 p.p.), do crescimento do PIB nominal (redução de 0,7 p.p.) e da

valorização cambial (redução de 0,2 p.p.). Fonte: BB DTVM. **3. ESTRATÉGIAS PARA O PRÓXIMO PERÍODO. 3.1. FPREV EXECUTIVO:** Atualmente, há um receio entre investidores sobre qual o tamanho do desaquecimento das economias: por um lado, pode representar maior oportunidade para países com perspectivas econômicas melhores, como o Brasil, ao mesmo tempo em que pode, por outro lado, significar um maior enxugamento da liquidez global, se houver recessão. Até o momento, segundo os analistas de mercado, a avaliação se aproxima mais do primeiro do que do segundo cenário. Em um contexto de exterior sem grandes catalisadores, a bolsa local continua refletindo a moderada cautela dos investidores em função do cenário político local. Os agentes de mercado ainda dosam, de um lado, as expectativas para o avanço da reforma da Previdência no Congresso. Ao mesmo tempo, também operam na renda variável de olho no difícil debate em torno do tema. O investidor está em “modo de espera por boas notícias”, depois da avalanche de movimentos ruins no mercado, como por exemplo, o andamento lento no congresso da Reforma Previdenciária e a ingerência do Presidente Bolsonaro na Política de Preços de combustíveis da PETROBRAS gerou um receio do investidor em ampliar exposição na bolsa. Assim, o Comitê deve considerar os dois segmentos de aplicação: Renda Fixa e Renda Variável, sendo que para Renda Fixa, o ideal é continuar buscando Fundos de Investimentos que possuam Gestão Ativa, visando reduzir a volatilidade do mercado trazida pelos efeitos das incertezas na economia interna e ganhos acima do CDI no Longo Prazo, enquanto que, para Renda Variável, a exposição se torna essencial nesse momento de Taxa Selic de 6,50% a.a (alguns analistas já sinalizam a possibilidade de redução da Taxa Selic em 2019), pois os fundos menos arriscados (com benchmark em CDI e IRF-M1) apresentam retornos bem inferiores a Meta Atuarial que se projeta para o fim de 2019 em torno de 10,30% - conforme Relatório Focus de 15/04/2019, o IPCA projetado para o final 2019 é de 4,06%, somando com mais 6,00% de juros – forçando os RPPS a uma exposição maior de seus recursos em Renda Variável, esse movimento, por si só, já elevaria os ganhos do Ibovespa. Atualmente a exposição da Carteira de Fundos da AMAZONPREV em fundos de Renda Variável é de aproximadamente de 6,50% do total de recursos, valor considerado baixo para gerar um impacto no retorno da carteira total da AMAZONPREV, visto que o ideal seria em torno de 18% a 25% do total de recursos da Fundação AMAZONPREV estarem alocados em fundos de ações. Desta forma, o comitê sugere. **a) Novos Recursos:** Devem ser assim distribuídos: 30% entre os fundos Caixa Gestão Estratégica e Itaú Alocação Dinâmica II, e 70% para o fundo Itaú Ações Dunamis FIC. O sr. Alan ratifica que os Patrimônios Líquidos dos fundos de ações credenciados e autorizados na AMAZONPREV, já não possuem a capacidade de

absorver novos aportes, em função do limite de 15% de PL imposto pelo artigo 14 da Resolução CMN nº 3.922/2010, ou fecharam para captação devido ao total de recursos sob gestão, de forma que não poderão receber novos aportes até que se tenha margem segura no PL dos fundos. Assim, para cumprir a Estratégia de Alocação aprovada na política de Investimentos para 2019 e manter a Carteira de Investimentos adequada ao Cenário esperado, o Comitê buscou outros fundos de Ações, devidamente enquadrados à legislação, junto às demais instituições financeiras, de forma que são apresentados e comentados no item 6 NOVOS PRODUTOS. **b) Fundos de Curto Prazo.** Manter, regularmente, saldo de aplicação no **fundo Bradesco Maxi Poder Público** no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), já que possui baixa automática otimizando o processo de pagamentos de rotina, incluindo folha de pagamento de aposentados e pensionistas do FPREV. **3.2. FPREV ALE:** **a) Novos Recursos:** ratear entre os fundos Caixa Gestão Estratégica e Itaú Alocação Dinâmica II, buscando obter resultados acima do CDI no Longo Prazo através da gestão ativa desses produtos, conforme recomendo pelo senhor Marcos de Souza. **3.3 EXECUTIVO, ALE e DPE FFIN:** Aplicar os recursos no fundo Bradesco Maxi Poder Público, facilitando a operacionalização dos pagamentos das folhas de inativos e pensionistas desses órgãos. **3.4. COMPREV.** O Comitê sugere pela manutenção no fundo Bradesco IRFM 1 Títulos Públicos, devido à baixa volatilidade e rentabilidade compatível com o mercado, alinhada à Política de Investimentos; **3.5. Recursos da Taxa de ADM:** **a) Poder Executivo:** Em virtude da necessidade de cumprimento de obrigações com pessoal, o Comitê solicita autorização para transferir o valor de R\$ 5 milhões, aplicados no fundo Caixa Brasil FI RF IRF M1, para a aplicação no fundo Bradesco Maxi Poder Público, em caráter excepcional, visando manter saldo financeiro necessário para cumprir com tais obrigações nos próximos períodos. **b) ALE/AM:** Manter os recursos aplicados no fundo Bradesco Federal Extra DI, fundo de Renda Fixa, enquadrado à legislação vigente, que permite aplicação inicial para o valor repassado pela ALE/AM. **3.6. Outros Poderes – TCE, TJAM e MPE:** **a) Novos recursos:** Devido à necessidade de manter enquadrados os recursos da Amazonprev, os novos recursos recebidos pelo TCE e TJAM, devem ser direcionados para os fundos Caixa IRF Brasil M1 e BB Previdenciário IRF M1, somente para os recursos do TCE e TJ. **3.7. DPE/AM.** O Comitê sugere aplicar os recursos no fundo Bradesco Alocação Dinâmica, em linha com os dados apresentados no Cenário e buscando resultados acima do CDI no longo prazo, e cumprindo os termos da Política de Investimentos da Amazonprev. **4. FLUXO DE CAIXA.** Registra-se a posição em 28/02/2019: **FPREV EXECUTIVO:** Total de Recursos: R\$ 4,274 bilhões, sendo Fundos de Investimento: R\$ 3,575 bilhões, incluído R\$ 3,721 milhões de recursos da

Defensoria FPREV, que passaram a ser registrados separadamente do Executivo; TPF: R\$ 610,998 milhões contabilizados pelo custo de aquisição acrescido da rentabilidade contratada; Títulos CVS: R\$ 13,640 milhões; Imóveis: R\$ 62,060 milhões e Disponibilidade Financeira: R\$ 9,004 milhões. **FPREV ALE**: Fundos de Investimento: R\$ 8,197 milhões; TPF: R\$ 2,062 milhões contabilizados pelo custo de aquisição acrescido da rentabilidade contratada. **FPREV MPE/AM**: FI: R\$ 100,835 milhões. **Total de Recursos da Amazonprev**: R\$ 5,025 bilhões

5. DELIBERAÇÃO SUPERIOR. O Sr. Alan informa que ainda está mantido o Despacho de 14/02/2019, com base no Parecer nº. 398/2019 – CONTRIN, sobre a Ata COMIV nº. 147/2019, referente a Estratégia apresentada pelo Comitê com a ressalva para as aplicações no banco BTG Pactual, devendo direcionar os recursos para outra instituição financeira.

6. NOVOS PRODUTOS. O COMIV recebeu as instituições financeiras entre o período de março/2019 até abril/2019: Privatiza Investimentos, Banco Bradesco, Grid Investimentos e Daycoval Investimentos. As apresentações focaram a análise do Cenário Econômico com ênfase ao estabelecimento de Estratégia de investimentos, de acordo com a Política de Investimentos, e sobretudo, ajustar a Carteira de Investimentos do RPPS ao Cenário esperado, com intuito de obter ganhos que superem a meta atuarial ainda em 2019. Nesse sentido, e após a análise das sugestões apresentadas, o Comitê de Investimentos registra:

a) 1. A Grid Investimentos, distribuidora de produtos de investimentos, apresentou dois fundos: GERAÇÃO FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES e o ARX Income FI de Ações, ambos enquadrados no artigo 8º da Resolução CMN nº 3.922/2010. O fundo Geração FIA, tem administração e Gestão da instituição GENIAL INVESTIMENTOS, esse fundo tem como Política o compromisso de concentração em Renda Variável e índices de ações, podendo incorrer também em taxa de juros pré e pós fixados, índices de preços, variação cambial e derivativos. Acumula rentabilidade em 2019, até o mês de março, de 9,37% com Patrimônio Líquido de R\$ 319.826.425,45. O fundo está enquadrado à Resolução CMN nº. 3.922/2010. Resta avaliar o Requerimento de Credenciamento da Genial Investimentos. Após aprovado o Credenciamento, o Comitê entende que a aplicação deve ser efetuada, e no limite de PL permitido pela Legislação, migrando o valor aproximado de R\$ 47 milhões do fundo Bradesco DI Premium.

a) 2. Já o fundo ARX Income FI de Ações tem como objetivo auferir rendimentos superiores à taxa de juros, por meio de investimentos em ações. Possui gestão ativa, priorizando ações com potencial de crescimento e boas perspectivas de distribuição de resultado. Atualmente, a carteira está posicionada em uma estratégia de alocação em empresas que devem ter maior resultado com a aprovação da reforma da previdência. Acumula retorno em 2019, até o mês de março, de 6,10%, e PL de R\$ 433.158.852,54. O Gestor do fundo é a

ARX Investimentos LTDA, empresa com 18 anos de experiência em Gestão de Recursos, só no Brasil, e com mais de R\$ 14,5 bilhões sob gestão. De acordo com informações da GRID Investimentos, o atual administrador do fundo é a BNY Mellon, mas já está sendo substituída pela BEM Investimentos, que já é credenciada junto à Amazonprev, assim, concluídas o processo de Credenciamento, o comitê sugere aplicação no fundo ARX Income FIA, no valor limite do PL, aproximadamente R\$ 64 milhões, migrando do fundo Bradesco DI Premium. **b).** **A DAYCOVAL Investimento** apresentou o Fundo DAYCOVAL IBOVESPA ATIVO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES. O fundo acumula rentabilidade em 2019 de 7,11%, e PL de R\$ 73.237.323,81. Os Administradores e Gestores dos respectivos fundos ainda não estão credenciados junto à Amazonprev, assim, após concluídos o processo de Credenciamento, o Comitê sugere aplicação no fundo sugerido no valor aproximado de R\$ 10 milhões. **c)** O banco Bradesco apresentou com sugestão de estratégia o fundo Bradesco FIA Selection, com objetivo de proporcionar rentabilidade acima do Ibovespa, atuando de forma ativa no mercado de ações. Acumula em 2019 a rentabilidade de 3,85% e PL de R\$ 623.007.020,39. O administrador e Gestor do fundo estão credenciados, portanto, podem receber recursos de imediato da Amazonpre, já que está enquadrado à legislação vigente, devendo migrar do fundo Bradesco DI Premium o valor aproximado de R\$ 90 milhões. **c)** **Privatiza Investimentos** apresentou fundo de Renda Variável, no entanto, o administrado e gestor não estão Credenciados junto à amazonprev, de forma que foram orientados a tomar as providências devidas para iniciar o processo de Credenciamento de Instituições Financeiras. **d)** O Comitê, com base em análise de Cenário e expectativa para renda variável no próximo período, também analisou os Fundos: Caixa FIA Brasil Ibovespa, BB FIC Ações IBRX e o Safra Selection FIC FIA, que podem receber recursos no montante aproximado de R\$ 46 milhões, R\$ 28 milhões e R\$ 6 milhões, respectivamente. Todos os fundos de investimentos foram analisados e discutidos pelo comitentes, de forma que há o entendimento do Comitê para as aplicações. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, ficando programada para o dia 13/05/2019, a próxima reunião Ordinária do Comitê, da qual eu, Alan Nascimento, coordenador do COMIV, redigi a referida Ata, que assino com os demais membros abaixo nominados.





Alan Nascimento
Coordenador



Bruno Costa Novo
Secretário



Leonardo Cavalcanti
Membro



Marco de Souza
Membro